

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – DISPENSA DE LICITAÇÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1600/2023

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de Projeto de Reforço e Recuperação estrutural do prédio anexo e Projetos de Ampliação do anexo, e dos gabinetes dos membros da Corte do TRE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR TOTAL
1	Projeto de reforço e recuperação estrutural e ampliação do prédio anexo	R\$ 62.748,43
2	Projeto de Ampliação Gabinetes	28.242,46

- 1.2. A especificação técnica, delimitação, critérios de execução, metodologias exigidas estão descritas no Projeto Básico - Anexo V.

- 1.3. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como serviços comuns de engenharia, pois os padrões de qualidade e desempenho são objetivamente verificáveis por meio das técnicas e métodos reconhecidos e regulamentados e sua aceitação pode ser confrontada com normas técnicas e profissionais determinadas para obtenção do resultado estabelecido pela Administração.
- 1.4. O prazo para a execução dos serviços objeto desta contratação, para ambos os itens, é de 30 (trinta) dias corridos contados do aceite da nota de empenho.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares – Anexo IV.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme ID 23OB001.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se já previamente descrita nos Estudos Técnicos Preliminares (Anexo IV) e totalmente detalhadas no Projeto Básico – Anexo V, ambos documentos em anexo consistem em contratação de empresa para elaboração de projetos de engenharia sob o regime de empreitada por preço global.
- 3.2. Essa solução escolhida é interdependente e necessária para o seguimento de demais contratações de execução de obras e serviços de engenharia previstos para esse ano.
- 3.3. Esses projetos serão elaborados a partir do estado atual das edificações, cujos laudos de inspeção serão disponibilizados para fins de embasamento e elaboração dos projetos.
- 3.4. O detalhamento técnico da solução, com o normativo estipulado e metodologias estipuladas pela área técnica para obtenção do resultado pretendido pela administração está no bojo do PROJETO BÁSICO (Anexo V) e Planilha Orçamentária (Anexo III), sem prejuízo de documentação existente para dar suporte à execução do objeto desta contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, está atendido o requisito a seguir, que se baseia no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: Buscar soluções que gerem menos desperdícios e menos resíduos a serem descartados com a gestão de resíduos.

Vistoria

- 4.2. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 13:00 horas às 18:00 horas.
- 4.3. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.
- 4.4. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 4.5. Num período de um ano, contados a partir do recebimento definitivo, a empresa deverá, caso solicitada, prestar esclarecimentos técnicos quando demandada.
- 4.6. Caso sejam constatadas falhas nos estudos objeto deste projeto a contratada deverá refazer os mesmos com apresentação de novos laudos sem nenhum custo para o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

5.GESTÃO DO CONTRATO

- 5.1. Após o aceite da nota de empenho, o órgão convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 5.2. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#)) auxiliado, se for o caso, por equipe de apoio contratada para este fim.
 - 5.2.1. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato,

- determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));
- 5.2.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#));
- 5.2.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#));
- 5.2.4. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).
- 5.3. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).
- 5.4. O gestor do contrato coordena a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).
- 5.4.1. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).
- 5.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

- 5.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 5.7. A contratada deverá indicar preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato e responder às solicitações da fiscalização e da gestão do contrato.

6. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 6.1. Para o recebimento definitivo, o objeto será considerado concluído após inspeção minuciosa de todos os serviços executados e condicionada à aprovação dos serviços nos termos dos **critérios de aceitabilidade** especificados no projeto básico, mediante relatório emitido pela equipe técnica de engenharia, bem como a entrega da ART/RRT devidamente preenchida e quitada.
- 6.2. Caso existam divergências quanto à execução do objeto, não haverá contagem de prazo para emissão de recebimento definitivo.

Do recebimento provisório e definitivo

- 6.3. O recebimento provisório será feito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da entrega dos projetos, pelos fiscais designados, com auxílio dos serviços de apoio técnico de engenharia já contratados pelo Tribunal.
 - 6.3.1. No recebimento provisório serão analisados os seguintes documentos:
 - a) Projetos de ampliação em mídia digital;
 - b) Projetos de ampliação impressos e assinados pelo responsável técnico;
 - c) Anotação de Responsabilidade Técnica
 - 6.3.2. Da análise dos documentos será gerado um relatório circunstanciado que equivalerá ao termo de recebimento provisório
- 6.4. O recebimento definitivo será feito no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo chefe da Seção de Obras e Projetos, com auxílio dos serviços de apoio técnico de engenharia já contratados pelo Tribunal.
 - 6.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
 - 6.4.2. O gestor deverá emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento

definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

- 6.4.3. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização
- 6.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 6.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto contratado.

Do Pagamento

6.6 - O pagamento pelos serviços prestados será realizado em parcela única após o recebimento definitivo do objeto, conforme item 9 do Aviso de Dispensa.

7. DA PROTEÇÃO DE DADOS

- 7.1. As partes devem cumprir fielmente o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei 13.709/2018.
- 7.2. A não observância das normas relativas à privacidade de dados pessoais, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 e dos demais normativos mencionados neste contrato, caracteriza falta e enseja MULTA DE 10% do valor total do contrato.
- 7.3. É vedado o compartilhamento dos dados pessoais coletados ou repassados em razão da execução deste contrato com terceiros, bem como sua utilização para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.